

A sedição da escolha pública: variações sobre o tema de revoluções científicas

The sedition of public choice: variations on the theme of scientific revolutions

ANTONIO MARIA SILVEIRA*,**

RESUMO: Dado um elemento significativo da verdade em “Escolha Pública”, um elemento modesto deve ser encontrado quando uma abordagem semelhante é feita ao comportamento dos cientistas econômicos. Harry Johnson encontrou isso em “A revolução keynesiana e a contra-revolução monetarista”. Depois dele, encontro mais na própria “Revolução” da Escolha Pública. As visões, suposições e métodos básicos desses últimos são avaliados dentro de seu fluxo de tempo e espaço. Essa abordagem é um complemento à Sociologia do Conhecimento (Thomas Kuhn) e pode ser tomada como uma Economia do Conhecimento embrionária (Neoclássica). Requisitos para o sucesso de revoluções científicas é o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Escolha pública; história do pensamento econômico; metodologia da economia; Buchanan.

ABSTRACT: Given a significant element of truth in “Public Choice”, a modest element must be found when a similar approach is made to the behavior of economic scientists. Harry Johnson found this in “The Keynesian revolution and the monetarist counter-revolution”, Following him, I find more in the Public Choice “Revolution” itself. The basic visions, assumptions and methods of the latter are appraised within its time-space stream. This approach is a complement to the Sociology of Knowledge (Thomas Kuhn), and may be taken as an embryonic Economics of Knowledge (Neoclassical). Requirements for the success of scientific revolutions is the theme.

KEYWORDS: Public choice; history of economic thought; economic methodology; Buchanan.
JEL Classification: B21; B31; B4; D72.

* Da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: asilveira@fgv.br.

** A versão original do artigo foi escrita no ano sabático passado na Faculdade de Economia e Política da Universidade de Cambridge, 1988-89, sob convite de Geoffrey Harcourt, a quem o artigo é dedicado. O autor agradece os comentários de Victoria Chick e Mary Kelly e o apoio financeiro do CNPq

1. INTRODUÇÃO

Sedição é uma boa palavra para substituir “revolução pequena (ou menor)”, expressão usada por Hicks (1980: 208-11) para a revolução ricardiana, entre outras. De fato, a escolha pública tomou-se uma sedução, e afirmou-se na história do pensamento econômico. Nos termos de Schumpeter (1949: 345), outra “ferramenta de análise econômica” foi moldada. Meu trabalho reproduz a abordagem de Harry Johnson (1971: 3) às revoluções keynesiana e monetarista: “Acho útil, ao propor e tratar o problema, adotar a abordagem “como se” da economia positiva, conforme exposta pelo protagonista principal da contra-revolução monetarista, Milton Friedman, e perguntar: suponhamos que eu desejasse começar um movimento contra a revolução keynesiana na economia monetária; como o faria? Especificamente, o que poderia aprender sobre a técnica contrarrevolucionária a partir da própria revolução?”

Pergunto o mesmo do ponto de vista da sedição, tomando os movimentos keynesiano e monetarista como exemplares. Relaxo algum formalismo na tentativa de manter estilo e humor na linha bem apropriada de Johnson.

Buchanan é o principal protagonista desse movimento científico. Logo, escolho sua contribuição paradigmática, o clássico em co-autoria com Tullock (1965), *The Calculus of Consent*, como referência básica. Suplementarmente, concentro-me na mais recente coletânea de artigos, *Liberty, Market and the State, de Buchanan* (1985), a qual apresenta suas visões correntes numa ampla variedade de temas, incluindo posicionamentos políticos.

A conferência Nobel (Buchanan, 1987) não poderia ficar de fora dessa pequena mas representativa amostragem de seus trabalhos, selecionada para análise e escrutínio apurados; por razões que se tornarão claras a seguir, um artigo de divulgação (Buchanan, 1988) e outro teórico (Buchanan & Tollison, 1986) foram também incluídos.

O “tempo” ou período revolucionário estende-se do final dos anos 50 (começos da Virginia School) à década de 70, quando o movimento ganhou aceitabilidade internacional (Buchanan, 1985: 10-3). O “espaço” é obviamente os Estados Unidos. A sedição é então analisada num contexto dominado pelo debate paradigmático entre keynesianos neoclássicos e monetaristas, com os quais concorre pela atenção e recursos da comunidade.

Segundo Johnson, existem cinco requisitos para o sucesso de revoluções acadêmicas, além da qualidade de tese e antítese: (i) descobrir um problema social importante, que permita atacar uma proposição teórica central da tese (“ortodoxia”); (ii) absorver e rebatizar o que há de melhor na tese; (iii) atrair o pesquisador jovem e repelir o velho; (iv) apresentar uma metodologia atrativa para o pesquisador mais prendado e menos oportunista; (v) desenvolver uma relação empírica nova, crucial, e tratável pelo pesquisador isolado.

Considero sequencialmente cada um deles, depois de uma introdução geral da abordagem e da própria sedição (seção 2). Suas visões, hipóteses e métodos são oportunamente avaliados em comparação com os movimentos concorrentes. Tudo

indica que seus principais protagonistas buscaram satisfazer o primeiro requisito com nada menos do que glasnost e perestroika (seção 3).

A análise do segundo e do terceiro requisitos leva-me a ponderar o significado da sedição em termos das ciências políticas, e a simultaneamente expor o que se parece com uma planejada campanha de propaganda. Um desconcertante pedigree vebleniano torna-se então transparente (seção 4).

O quarto requisito conduz a uma confrontação entre o construto homem econômico, como modificado pelas necessidades teóricas da sedição, e a percepção da natureza humana que seus protagonistas demonstram ter. Observa-se uma inversão entre teoria e realidade, estranha a ponto de merecer o nome de torção-B, como o fez Samuelson (1963), ao salientar uma torção-F em sua crítica à metodologia de Friedman (seção 5).

Finalmente, a investigação do aparente descumprimento do quinto requisito acaba por revelar um sedicioso programa de pesquisa (seção 6). O conjunto de requisitos constitui-se de fato numa embrionária interpretação marginalista do embate paradigmático das revoluções científicas.

Procuo então relacioná-la com a interpretação sociológica de Kuhn (1971), buscando neste correspondências e explicações alternativas para cada um dos requisitos. Aprofundo-me apenas na questão dos efeitos externos sobre a evolução da ciência (seção 7).

2. UMA ABORDAGEM CATALÁTICA À CATALAXIA

A escolha pública é uma extensão do marginalismo para a explicação das decisões coletivas e políticas. Poderia preferencialmente ser chamada de teoria marginalista do governo, em analogia com a teoria da firma ou do consumidor. Buchanan (1988: 9) reporta que é chamada teoria econômica da política pelo “grupo de acadêmicos baseado em Chicago”. Essa denominação também seria mais adequada.

A teoria marginalista, entretanto, é caracterizada pela perspectiva da troca, assim como o marxismo o é pela perspectiva da distribuição, e a escola clássica pela da produção (Hicks, 1980: 211-2). Chamando-a teoria marginalista do governo, evocaríamos imediatamente seus três elementos constitutivos, como o coloca Buchanan (1987: 335): troca, individualismo metodológico e homem econômico¹.

Seguindo Hayek, contudo, Buchanan propõe que sua “nova economia” seja chamada de catalaxia – a ciência da troca. Levando em conta que Hicks (1980: 212), no seguimento de von Mises, e de Edgeworth dentre outros do século passado, denomina todos os marginalistas de cataláticos, permito-me adotar um meio a meio.

¹ Buchanan (1985: 20) fala como grande revolucionário, “[economistas devem] exorcisar o paradigma da maximização (...), [concentrar-se] nas origens, propriedades e instituições da troca, amplamente considerada (...), [uma] mudança de perspectiva sobre o que a economia deveria ser”. A propósito, não se observa traço algum de “satisfazer” (Simon, 1979: 283-9), e toda crítica à “maximização” não o impede de pressupor sempre o comportamento maximizador da utilidade!

Reservo aqui os termos catalaxia, catalático e catalaticismo para trabalhos dos protagonistas maiores da escolha pública, e de uma maneira mais ampla, para extensões da análise marginalista a domínios fenomenológicos tidos como não-econômicos. Economia da discriminação, do casamento, da biografia, da religião e da política são bons exemplos.

A justeza desse procedimento pode ser confirmada em Schumpeter (1986: 535-6), assim como em Baranzini & Scazzieri (1986: 22-4), os quais não mais do que repetem aquele – refiro-me usualmente a Buchanan e a Tullock, ou ao primeiro apenas, quando falo de cataláticos.

Uma abordagem econômica ao estudo do comportamento dos cientistas, uma economia da ciência como substituto ou complemento da sociologia da ciência, seria campo maior da catalaxia. No meu entendimento, entretanto, ninguém a conduziu, senão Harry Johnson em sua *Ely Lecture*.

Os protagonistas das revoluções são homens econômicos, e a trama envolve suas estratégias em face da concorrência, como decisores conscientes e interesseiros. Assim, minha abordagem da sedição catalática segue sua própria linha, e em muito boa companhia. A abordagem é a catalaxia da ciência, mas em complemento à sociologia da ciência.

Cientistas como homens econômicos? Que ideia despropositada! De fato, os requisitos de Johnson para o sucesso são proposições que podem ser deduzidas desse axioma. O “como se”, entretanto, estabelece claramente a mensagem de que não se o interpreta como mais do que uma diminuta meia-verdade. A abordagem é parcial, um caso limite apenas, criando um golfo intransponível entre Johnson e Buchanam, como será mostrado a seguir.

Termino a seção elaborando suplementarmente três questões. Primeiro, observa-se nos escritos cataláticos uma investida contra cientistas políticos e econômicos por desprezarem a “politicagem” em suas análises da política – ver particularmente a seção 4. Tudo se passa como se estivessem inovando, quando de fato a questão é centenária. (Com exceção da última sentença, a citação seguinte poderia ser tida como de Buchanam, mas é de Schumpeter (1986: 795), em seu clássicos:

Ao falarem sobre política pública, cientistas políticos tanto quanto econômicos mantinham-se construindo panoramas agradáveis sobre o bem público, cuja consecução era destino mais elevado de “Estadistas”, e sobre o estado, o qual flutuava nas nuvens como uma divindade beneficente. Fatos como luta de grupos (...) e corrupção, eram vistos como aberrações (...), em vez de elementos essenciais. Mas durante aquele período [de 1870 a 1914] iniciou-se algo como um despertar da consciência científica, e a sociologia política (...) apareceu.

Segundo, o mesmo despertar quanto à “politicagem” no comportamento de cientistas não parece ter ocorrido ainda, nem mesmo quando se estuda a fase de ciência extraordinária ou revolucionária, ou seja, quando inexiste o imperativo lógico que domina a ciência normal (Kuhn, 1971).

Prevalece a hipótese de busca desinteressada pelo conhecimento, a ponto de qualquer alusão a comportamento interesseiro ou a politicagens levantar suspeitas sobre a integridade do cientista “acusado”. Na continuação do parágrafo citado, Johnson (*ibid.*, p. 3) se previne:

Propor a pergunta dessa maneira envolve, naturalmente, um desafio à ética profissional geralmente aceita, e de acordo com a qual considerações puramente científicas devem motivar o trabalho, não considerações políticas; mas posso proteger-me contra qualquer implicação de estar maculando o caráter de indivíduos, ou denegrindo o trabalho científico, pela adoção da metodologia *como se*.

Johnson foi longe demais, no que revela toda a sua ironia. “A tentativa de Marshall de estabelecer um *pedigree* para a revolução marginalista”, como coloca Deane (1983: 7), seria condenada como politicagem. O mesmo para Keynes, em sua hipótese de concorrência marshalliana na *Teoria Geral*, como interpreta Harcourt (1987: 13-2). E não menos para Maxwell, em sua teimosia sobre “a existência do éter mecânico” (Kuhn, *ibid.*, p. 107).

A questão está na extensão da prática. O excesso é desconcertante no caso dos catalíticos. Observam-se nos escritos incontáveis formas de politicagem, contradição e duplo-pensar. O ativismo é tal que a preservação da liberdade política do país toma-se uma “obrigação moral” do acadêmico (Buchanan, 1985: 9, 12, 17).

O ativismo está conjugado com um nível elevadíssimo de abstração da análise, levando à terceira questão suplementar, ao comprometedor “vício ricardiano” (Schumpeter, 1986: 540-1): a análise catalítica não considera aspectos cruciais do fenômeno, mas é conduzida como se o fizesse. O vício permeia toda a argumentação².

Apesar de ser chamado por Buchanan de “meu professor”, e de ser sempre citado, Knight (1960: 111) é ignorado: “Todas as ciências do homem e da sociedade estão envolvidas quando se pressiona mais e mais a questão [da ação social, da escolha pública, da decisão política] – particularmente história e, possível e até mais especialmente, ética”.

3. GLASNOST E PERESTROIKA

Segundo Johnson (*ibid.*, p. 7), “o primeiro [requisito para o sucesso de revoluções] é encontrar um problema social importante, que a ortodoxia estabelecida

² Essa questão, como a anterior, foi discutida numa monografia que deu origem a este artigo, “The public choice sedition: variations on a theme by Buchanan”. Meu livro, *Filosofia e Política Econômica: O Brasil do Autoritarismo*, e um artigo (Silveira, 1987-1988: 23-8), foram livremente utilizados. O livro, terminado antes de minha exposição aos trabalhos de Buchanan, teve sua primeira versão escrita em 1983 (Silveira, 1984). Essas questões são desenvolvidas num segundo artigo (Silveira, 1990).

seja incapaz de resolver, apesar de seus melhores esforços, e apesar da reivindicação de sucesso em suas tentativas”.

O problema deve revelar a inaplicabilidade de uma proposição central da ortodoxia, um calcanhar de Aquiles, no dizer comum, para ataque concentrado dos revolucionários: “desemprego em massa” e “tendência natural para o pleno emprego”, no caso da revolução keynesiana, “inflação” e “moeda não importa”, no caso monetarista – distorções da visão ortodoxa são aceitáveis quando críveis.

Knight (1960: 36-64) indica os antecedentes históricos da sociedade livre nos movimentos de democratização da política e de liberação da vida econômica. Influenciados certamente por essa exposição, feita na Virginia School, cataláticos vêem a democracia (o governo limitado) e a economia de mercado (ordem econômica competitiva) como produtos do Iluminismo do século XVIII.

Mas cataláticos distanciam-se novamente de Knight ao afirmarem que o papel do governo se expandiu desde então por causa de seu uso como meio de redistribuição de riqueza. Nos Estados Unidos o governo comanda agora mais de um terço do produto nacional (Buchanan & Tullock, 1965: 22). Em Knight (1936: 48; 1960: 144), a explicação é outra: os abusos do setor privado levaram à intervenção governamental.

Acrescente-se que é errado tornar o crescimento de governos em termos absolutos, desconsiderando a taxa de transformação estrutural da economia com o desenvolvimento, “a mudança da agricultura para as demais atividades e, recentemente, da indústria para serviços” (Kuznets, 1972: 315). Isso invalida qualquer asserção ou análise de crescimento governamental definido em correlação com emprego, produto ou renda nacionais.

Mas cataláticos são contrarrevolucionários radicais: “estamos a um século da hora mais bela do capitalismo” (Buchanan, 1985: 195). Tem-se o quadro para a detecção do problema social e da associada proposição central da catalaxia: “liberdade individual” e o “homem econômico não importa”.

A proposição ataca o construto homem político, o qual se distingue do homem econômico apenas na substituição do interesse próprio pelo público (Brunner & Meckling, 1977: 71-5). Nenhum instrumento de política econômica pode legitimamente ser tomado como exógeno na visão catalática, “a abordagem ou método individualista tende a obscurecer qualquer distinção lógica entre setores ‘público’ e ‘privado’” (Buchanan & Tullock, 1965: 316).

Substituindo o homem político, o homem econômico é a hipótese teórica para o comportamento dos governantes. Liberdade individual e homem econômico, ou seja, *glasnost* e *perestroika*. Ataques contra cientistas políticos são frequentes; “desarranjos e fracassos na operação do sistema são atribuídos aos homens ‘maus’, não às ‘regras que os restringem’” (Buchanan & Tullock, 1965: 281).

Tais ataques poderiam ser igualmente desfechados contra monetaristas (pelo menos ao longo desse período revolucionário), keynesianos e especialistas do bem-estar, cujas análises implicitamente pressupõem o homem político na função pública.

De fato, os economistas também sofrem; “a maioria dos economistas mantém a imagem do déspota benevolente em suas análises da política econômica; relati-

vamente poucos incorporaram os princípios da escolha pública em suas discussões” (Buchanan, 1985: 223).

“Déspota benevolente” é uma qualificação dada ao construto homem político. “Eunuco econômico” é outra, traduzindo o fato de não haver nele a incorporação da dimensão interesseira do comportamento humano. Mas as coisas não permanecem somente em nível de construtos, pois economistas matemáticos são chamados de eunucos ideológicos!

Nesses termos, a proposição central da catalaxia poderia ser reescrita como “o homem econômico contra eunucos econômicos”! Por outro lado, a virulência contra keynesianos – veja particularmente Buchanan (1985: 189-226) – é tal que proposições alternativas são quase igualmente plausíveis, como “déficit não importa”, ou, mais agressivamente, “a ‘digressão keynesiana’ pressupõe que autoridades públicas sejam eunucos econômicos”.

Keynes é responsabilizado pela erosão da moralidade fiscal vitoriana, visto ter levado economistas a proporcionar uma escudagem científica para políticos, legitimando a nova prática de déficits fiscais: “como puderam eles [economistas entre as décadas de 30 e 60] falhar na percepção do ponto elementar, o de que políticos eleitos buscarão qualquer desculpa para criar déficits orçamentários?” (Buchanan, 1985: 25).

Regras constitucionais devem ser divisadas para substituir a erosão dos preceitos morais, continua o argumento catalático. Nota-se então que o construto homem econômico se tomou aplicável por causa da erosão dos preceitos vitorianos. Antes disso, homem político “keynesiano” era uma hipótese aceitável, argumento que contradiz o princípio neoclássico de invariância espaço-temporal.

Por outro lado, o período de tempo necessário para a mudança de moralidade difere enormemente de outro, também considerado por cataláticos, mas quando na discussão do modelo evolucionário de Hayek; “para aqueles [romanescos] que buscam (...) modificar a essência da natureza humana, como desenvolvida através de épocas...” (Buchanan, 1985: 58).

Sugerem então que a natureza humana tomou-se unidimensionalmente interesseira antes do *Tractus Politicus*, de Spinoza (1677), (Buchanan & Tullock, 1965: 313). Mais longe ainda, Maquiavel teria observado o fato no princípio do século XVI (Buchanan, 1985: 39). O argumento toma-se agora internamente paradoxal, pois preclui até mesmo a existência de preceitos morais vitorianos, quanto mais sua destruição com o apoio de Keynes e seus seguidores.

A virulência contra o keynesianismo chega a dar impressão de que a catalaxia se coloca como sua antítese. Não é o caso, entretanto, pois a postura calculista interesseira vedaria tal estratégia. Basta considerar que cataláticos teriam então que competir diretamente contra monetaristas.

Há que se notar a possibilidade, contudo, e não se trataria de uma concorrência por atenção e recursos apenas. A visão científica de cataláticos conflitava com a de todos os macroeconomistas: “o individualismo metodológico estritamente interpretado (...) proscreveria todas as proposições macroeconômicas que não pudessem ser reduzidas à micro, e como poucas até agora o foram ...” (Blaug, 1981: 51).

Acrescente-se que monetaristas também não percebiam problemas maiores em

déficits orçamentários *per se*, mantinham a exogeneidade da base monetária (concentração maior), percebiam autoridades monetárias cientificamente desatualizadas, cometendo enganos, olhando para o objetivo errado (taxa de juros), devaneando com sintonia fina, ignorando hiatos nos instrumentos de política etc., posições que se constituem em pecados mortais na visão catalática³.

Monetaristas até percebiam autoridades monetárias como ignorantes e corruptas, ou ainda, no jargão catalático, como déspotas benevolentes, eunucos econômicos e homens maus. Mas catalaticismos, ou seja, estratégias e politicagens acadêmicas, devem ser de longe responsáveis pelo comportamento tático em relação a monetaristas, os quais foram sempre poupados, particularmente dos ataques contra o homem político “keynesiano”, apesar de incorrerem na mesma “falta”.

Tudo indica que monetaristas foram tratados como aliados, e uma suspeita de maquiavelismo ocorreu-me agora: voltei a folhear o clássico catalático (Buchanan & Tullock, 1965), e o nome de Keynes nem sequer uma vez aparece. Em 1956, Friedman lançou o clássico monetarista, “A teoria quantitativa da moeda: uma reasserção”, Patinkin (1969: 49) verificou mais tarde que em nenhum ponto se “menciona o nome de Keynes. De fato, não se pode fugir da impressão de que até o termo liquidez tem sido evitado”. Uma síndrome de evitação de Keynes? Pior, uma conspiração de silêncio?

É verdade que questões paroquiais, como distribuição de recursos para pesquisa, respondem por algumas investidas violentas contra keynesianos – veja Buchanan (1985: 8-9). Mas pós-keynesianos devem ter sido a principal causa de tanto veneno, pois eles também não se continham, e passavam seus juízos de valor diante do que percebiam como desmandos maiores, a exemplo de Robinson (1972: 6-7):

Foram os assim chamados keynesianos que persuadiram sucessivos presidentes de que não havia dano no déficit orçamentário, e deixaram que o complexo industrial-militar tirasse vantagem disso. Foi assim que o agradável sonho de Keynes transformou-se num pesadelo de terror.

4. O *PEDIGREE* VEBLENIANO

O segundo e o terceiro requisitos johnsonianos podem ser rapidamente tratados. De acordo com o segundo, a teoria deve combinar sinais claros de novidade com a absorção possível do que há de melhor na ortodoxia existente. Trata-se de um trunfo para a catalaxia. O requisito tende a ser automaticamente preenchido por qualquer extensão de uma teoria para a explicação de novos domínios fenomenológicos.

O terceiro requisito é a introdução de grau apropriado de dificuldade para a

³ Brunner (1973: 9-14) desenvolve a análise mais clara e sintética da visão monetarista em oposição à keynesiana neoclássica, antes de influências maiores da expectativa racional e da escolha pública.

compreensão da nova teoria. Adequado porque deve atrair o jovem e repelir o velho, de tal forma que o primeiro possa “pular carniça” sobre o segundo. Atração e repulsão resultam de escolha consciente, de comportamento interesseiro, e a chave para a solução reside nos custos de oportunidade do estudo da nova teoria.

Busca-se impor um aumento de custo para o velho, cujo valor do tempo já é geralmente mais alto. Não fazendo o investimento necessário, ele se torna vulnerável a ataques dos jovens. Vale a pena enfatizar que a interpretação econômica do comportamento do cientista é por demais patente nesse requisito.

Apesar do muito a ser explorado na catalaxia, há que se concentrar no mais importante. Os principais instrumentos de atração e repulsão foram diferentes nesse movimento. A versões ao risco tendem a crescer com a idade. Cientes disso, cataláticos contaram com outro trunfo maior, o risco da perda de reputação numa proximidade com o estigma maquiavélico. Que o líder catalático fale por si mesmo (Buchanan, 1985: 25):

Não devemos nunca subestimar as dificuldades e, mesmo, os custos morais envolvidos numa mudança de paradigma (...) Antes da década de 60, não era fácil para o economista imaginar decisores públicos como maximizadores de utilidade (...) Poucos dispõem-se a ter como recompensa o escárnio que Maquiavel vem recebendo através dos séculos ...

A mercadologia de movimentos científicos é uma questão que perpassa pelos requisitos todos, particularmente aqui. Johnson refere-se explicitamente à propaganda, mas não a ponto de evocar uma verdadeira campanha propagandista para atração de jovens.

Talvez seja natural, pois estava teorizando a partir da evidência proporcionada por dois macromovimentos, e seria esperável que seus líderes não dessem tanta atenção à matéria quanto dariam se fossem peritos da micro, caso dos cataláticos.

Talvez seja também natural que micromovimentos mostrem-se menos escrupulosos a respeito, pois vêem proibições de propaganda apenas como proteção de mercado. As questões éticas evocáveis não passam de “retórica”, até no caso de médicos. Assim, permitam-me rever algumas passagens, enquanto simultaneamente exponho como cataláticos se percebem *vis-à-vis* a ciência política. No mundo real, a política inclui, contém, ou abrange a economia (Buchanan, 1985: 49):

Uma maneira de alguma forma diferente de enfatizar a relação entre economia e política, como processos sociais, é dizer que nessa formulação economia está totalmente incorporada pela política. A economia é um processo particular através do qual conflitos potenciais entre distintos interesses individuais são resolvidos.

Deve ser enfatizado, contudo, que cataláticos nada têm a ver com a percepção usual de economistas sobre cientistas políticos (Buchanan & Tullock, 1965: 302):

Está claro talvez que muito da chamada teoria-filosofia idealista da ordem política é bastante estranha à nossa abordagem (...) os trabalhos mais “favoráveis” ou “afins” podem ser encontrados entre os chamados “realistas” na história das doutrinas políticas.

A catalaxia propõe nova divisão de trabalho entre economistas e cientistas políticos, ficando com os primeiros “todos os processos de acordo voluntário entre indivíduos” – o paradigma da troca – e com os últimos “o domínio das relações não voluntárias” – o paradigma do poder (Buchanan, 1985: 20-1).

A proposta envolve uma troca, um “negócio voluntário”, entre economistas e cientistas políticos, cuidando os primeiros da “pura troca”, e restando aos últimos o jogo com imperfeições de mercado e coisas do estilo ... um sonho: o homem econômico e a troca pura em todos os setores da vida! O nosso é o “jogo de soma positiva”, o deles o de soma negativa ou nula. Retornando ao clássico paradigmático (Buchanan & Tullock, 1965: 266):

Nossas hipóteses acerca da natureza humana podem ser julgadas “pessimistas”, mas nossa concepção do processo político é, em si, certamente mais próxima de todos que buscam “doçura e luz”, “paz”, e todas essas coisas boas, do que o é a concepção usualmente implícita no discurso político.

Essa foi tocante ... Entre as inúmeras manchetes encontradas, decidi-me pela mais recente: “A escolha pública pode ajudar a construção de um sistema político que canalize o comportamento interesseiro de indivíduos para o bem comum. São ideias ‘novas’ tão antigas quanto Adam Smith, David Hume, e os Pais Fundadores da América” (Buchanan, 1988: 4). Um nobre objetivo e com sabor missionário: o encaminhamento do “homem mau”. E que pedigree! Nenhum economista deve sentir escrúpulo nessa troca com cientistas políticos (Buchanan, 1985: 90):

Através da recusa contínua e relutante de conceituar política como um complexo processo de troca, nem mesmo em sua forma ideal, os cientistas políticos modernos oferecem várias desculpas, justificações e racionalizações para a política predatória que todos nós observamos.

A montagem é impressionante, mas a amostragem é representativa, nada havendo fora de contexto. Sumariando: o processo econômico é processo político; economistas não são cientistas políticos; façamos um negócio; economistas são otimistas; que belo, que sagrado campo de trabalho; eles merecem, cientistas políticos merecem ser deslocados! Se outros que tais fossem todos coletados, o *Ensaio em Persuasão*, de Keynes (1984), pareceria pretensiosamente intitulado.

A “política predatória que todos nós observamos” ... política predatória ... “O estado-leviatã é a realidade de nosso tempo” (Buchanan, 1988: 9) ... político predatório ... agente predatório ... um *pedigree* vebleniano (Heibroner, 1986, 232-6)! A visão difere da de Veblen pela mudança do agente, reduzindo o político, em vez do empresário, a “sabotador” do sistema.

Trata-se de algo a ser explorado em termos de visão, de ato pré-científico, mas não pré-analítico, como o coloca Schumpeter (1949). Por outro lado, Veblen estava teorizando sobre a época dos “barões ladrões” (empresários dos Estados Unidos), sua evidência empírica cobria ainda “a hora mais bela do capitalismo”, no dizer catalático, ou “os abusos do setor privado”, nas palavras de Knight.

Quem são então os barões ladrões exemplares da política dos Estados Unidos, os quais similarmente informam a visão dos cataláticos? Não é de estranhar que fujam do trabalho empírico! Mas não precisariam fazê-lo, pois existem alternativas. Se historicamente informados, não perderiam a melhor evidência para a catalaxia, evidência que desnuda os limites atingíveis pela predominância de comportamento interesseiro nos governantes. Falo dos multicentenários burocratas confucionistas.

“No exercício do poder, confucionistas tomaram-se legalistas, e serviram com crueldade legalista o interesse próprio, não o da Coroa” (Toynbee, 1976: 250). Essa foi talvez a maior ironia da História contra filósofos morais – cataláticos poderiam deliciar-se ainda mais com o fato, se adicionalmente soubessem que os primeiros a desafiar aquela burocracia foram os eunucos ... (ibid., p. 279).

5. A TORÇÃO-B

O quarto requisito para o sucesso é uma metodologia nova, capaz de atrair o “acadêmico mais prendado e menos oportunista”: o equilíbrio geral agregado em Keynes, e, na contrarrevolução, a “previsão do muito através do pouco, não importando as cadeias de causação atuantes” (Johnson, ibid., pp. 5, 9).

Com esses termos, Johnson contribuiu para a indevida associação da abordagem “como se” com Friedman. É fato que monetaristas reverteram a tendência de keynesianos para a construção de enormes modelos econométricos. Mas apesar de o “como se” estar crucialmente em Friedman (1953: 21), a origem é outra, como bem descrito por Schumpeter (1959: 10):

Supomos que toda essa experiência inexistente, reconstruindo-a *ab ovo* (esse método é devido a Leon Walras), como se esse mesmo povo, tendo ainda a mesma cultura, gostos, conhecimento técnico, e o mesmo estoque inicial de bens de consumo e de produção, mas sem ajuda da experiência, tivesse que buscar seu caminho para a realização do objetivo de máximo bem-estar econômico, por meio de esforço consciente e racional.

Cataláticos conduziram uma reversão fantástica na formulação desse método. Postulando comportamento interesseiro, demonstraram formalmente que, *no nível de decisão constitucional*, um “véu de incerteza” constitui-se em mão invisível que leva ao interesse público. Trata-se inquestionavelmente de realização maior em termos teóricos puros, merecendo qualificação apenas pela necessidade de exclusão do comportamento fraudulento.

Fica estendido o domínio de aplicação da hipótese de racionalidade, pois, na

busca do interesse próprio, indivíduos podem agir *como se* seguissem regras, ou *como se* decidissem em termos do interesse público⁴. Isso é diferente da extensão do conceito de racionalidade para cobrir o comportamento seguidor de regras, a racionalidade sistêmica (March, 1978: 592):

Suponhamos que o conhecimento, na forma de preceitos de comportamento, evolva dentro de um sistema e se acumule através do tempo, das pessoas e organizações, sem completa consciência corrente de sua história. Ações que fazem sentido são então empreendidas por atores sem a compreensão de todas as suas justificações.

A realização dos cataláticos não autoriza, entretanto, suas generalizações do comportamento racional interesseiro, na linha de “o homem econômico é tudo o que importa” -veja, além do já citado, Buchanan (1985: 6, 119). O mais difícil, contudo, é fazer sentido dessas infundadas generalizações, em face de afirmações opostas sobre a mesma realidade humana, assim como de mudanças de interpretação do método “como se” (Buchanan & Tollison, 1986: 513):

O economista evita as motivações nobres e mais elevadas da ação humana, não por subjetivamente considerá-las desimportantes, mas porque essas motivações estão simplesmente excluídas da sua área de competência profissional (...) O economista é observado modelando seres humanos como se fossem interesseiros; o filósofo moral discute seres humanos como se pudessem ser santos.

Cataláticos não voltam a Walras e Friedman, mas mudam para Knight, que estava na tradição de Mill: o homem econômico é uma abstração que isola o interesse próprio dentre outras motivações igualmente importantes: “A visão econômica do homem está longe de ser o todo da realidade humana, ou mesmo de uma descrição acurada onde é válida como descrição parcial, abstrata” (Knight, 1960: 71) – veja em Blaug (1981: 59-66) uma apresentação sintética de Mill.

Esse parece ser o entendimento de Johnson, e é certamente o meu. Falando por mim mesmo, posso parafrasear Knight, “a visão sociológica do comportamento do cientista é válida como descrição parcial, abstrata”, e acrescentar que uma alternativa visão econômica ajuda como descrição complementar, bem mais parcial no caso. Com essa qualificação, entendo o trabalho de Johnson como pioneiro na catalaxia da ciência, e sinto-me bem em segui-lo.

Quanto a cataláticos, parece-me que mudam segundo a conveniência, apenas outra forma de catalaticismo – a mudança em pauta ocorreu na defesa de econo-

⁴ Decisões constitucionais são aquelas que estabelecem as regras fundamentais de um jogo. O “véu de incerteza” envolve outra hipótese extremamente limitadora do ponto de vista da aplicabilidade, pois os “constituintes” sabem que participarão do jogo, mas nada sabem sobre sua posição nele. Logo, é do interesse próprio de todos desenhar posições e jogadas maximizando a equidade.

mistas contra filósofos morais, particularmente contra o dito de Carlyle, “a investigação do economista é filosofia de porco”.

Mudanças táticas, e isso apesar de estarem sempre acusando outros de “mudança de canal” (*gear-switching*), por usarem o homem político no setor público e o econômico no privado. Mas existem problemas mais sérios na argumentação catalática, e que não podem ser ignorados “De fato, a adoção generalizada da moralidade judaico-cristã pode ser uma condição necessária para a operação de uma genuinamente livre sociedade de indivíduos” (Buchanan & Tullock, 1965: 303).

E cataláticos pregam uma sociedade pluralista! Sente-se um embaraço com a envolvida intolerância religiosa. “O cristianismo vitorioso herdou o monoteísmo intolerante de sua religião paterna, o judaísmo” (Toynbee, *ibid.*, p. 287). “A intolerância religiosa distingue o grupo semítico: judaísmo, cristianismo e islamismo” (Knight, 1960: 58).

Tome-se, por contraste, o ideal ético da Grécia politeísta: “uma coisa deve ser feita porque é a coisa a fazer, não porque outros a fazem ou deixam de fazê-la” (Knight, 1936: 72). É individualista por excelência. Mas em seu estado primitivo, o individualismo pode ser perigoso (Robinson, 1983: 14-5):

Muita gente para quem a moralidade foi ensinada através da religião acredita realmente que não há outro motivo para desejar fazer o que é certo além do temor a Deus (...). Se não há Deus, nada é proibido (...). Encontra-se ainda no estágio infantil do desejo de aprovação por outros, não tendo crescido até o senso do certo e do errado.

A intolerância foi manifestada na defesa do realismo da hipótese de seguimento estrito de regras constitucionais, hipótese necessária à reformulação do “como se” walrasiano. Assim, talvez sua causa principal seja o vício ricardiano. No caso, a conferência Nobel de Hayek (1975: 257), “a pretensão do conhecimento”, alerta para outro perigo, a tentativa de “moldar a sociedade inteiramente a nosso talante” – Buchanan (1985: 68) refere-se a vezes em que foi direta ou indiretamente chamado de fascista, inclusive por Samuelson.

Deixando esses aspectos maiores, a hipótese é um “penduricalho” ao homem econômico, ou ao seu “modelo-T”, para continuar na expressão de Shackle (1966: 124-5). Isso porque o significado estabelecido do construto básico não incorpora dimensão ética alguma (Knight, 1936: 38). Mas cataláticos afirmam, pelo contrário, que a hipótese sempre esteve implícita na análise econômica (Buchanan, 1985: 32):

Retornando novamente à ilustração Crusoe-Friday, (...) em que cada lado é interesseiramente motivado, mas o exercício do interesse é constrangido pela aderência à “lei” mutuamente aceita, a qual pode ter sido moralmente derivada ou externamente imposta, ter evoluído como costume ou sido contratualmente estabelecida, (...) é uma [construção científica] categoricamente distinta daquela que diretamente modela pessoas como ‘bestas’, e que não incorpora limite algum ao comportamento maximizador.

Reformulando o argumento, a explicação para “a besta” pode residir na mudança de cenário, nominalmente, a extensão da análise do setor privado para o público expõe a incompletude do construto econômico. Quando a análise inclui, implícita ou explicitamente, o homem político na manutenção da lei e dos contratos, não há necessidade teórica de o agente econômico possuir regras internalizadas. Falo de teoria pura, naturalmente.

De qualquer forma, o estado do discurso é bastante curioso. No dizer catalático, o “homem-como-o-conhecemos”, ou a “natureza humana” é basicamente interesseira apenas. Mas o construto do homem precisa conter uma dimensão ética. Pessoas são “bestas”, mas não seus modelos. A abstração adiciona atributos à realidade! A inversão é tão aberrante que clama por um nome: sugiro torção-B – sigo Samuelson (1963: 233), o qual por muito menos cunhou uma torção-F para a metodologia de Friedman (1953).

6. O PROGRAMA DE PESQUISA

Se o quinto requisito fosse insubstituível, cataláticos estariam engatinhando, pois não apresentam qualquer análogo da função de consumo (keynesianos) ou de demanda de moeda (monetaristas) para ser “estimada pelo florescente econométrico” (Johnson, *ibid.*, pp. 2, 9). Mas sempre existem, é claro, possibilidades de substituição.

Isso é, aliás, facilitado pela crescente oposição à ortodoxia em que se transformou a revolução econométrica. O próprio Johnson faz seus comentários depreciativos, e exemplos de posições bem substanciadas por neo-austríacos e institucionalistas podem ser vistos em Hayek (1975: 250) e Simon (1968: 454), respectivamente. Avaliação mais completa foi conduzida por Morgenstem (1963), revolucionário da teoria dos jogos, que defendeu a necessidade de uma contrarrevolução na econometria.

Creio que cataláticos se enquadram nessa heterodoxia, mas não se apresentam explícitos em minha amostragem de seus trabalhos. A distância que os separa de monetaristas e keynesianos neoclássicos poderia ser indicada pela forma com que reproduzem o dito friedmaniano (Buchanan & Tullock, 1965: 29):

Em muitos casos, o “irrealismo” dos pressupostos causa a rejeição do modelo, antes de exame e teste de suas conclusões. Fundamentalmente, o único teste para o “realismo” de uma hipótese reside na aplicabilidade das conclusões.

Substituindo “aplicabilidade das conclusões” por “acuidade das previsões”, tem-se a metodologia positiva de Friedman (1953), artigo que não para de gerar polêmicas – para duas relativamente mais recentes, ver Bolland (1987) *versus* Denis (1987) e Web (1987) *versus* Wible (1987).

A diferença diria o suficiente noutros casos, mas cataláticos são frequentes em

reasserções distintas e até opostas. No apêndice, terminam mais friedmanicamente o dito “[consistência] com os fatos do mundo real” (ibid., p. 312).

Sempre que falam do mundo real – a propósito, a qualificação “real” aparece em toda a parte -, o que está envolvido não é mais do que a realidade como diretamente a percebem, ou como gostariam que fosse. São explícitos na introdução do clássico (ibid., p. 3), “Não estamos diretamente interessados no que o Estado ou um Estado de fato é, mas propomos definir bem específica. mas brevemente, o que pensamos que um Estado deveria ser”! Indubitavelmente, um modo não-convençional de iniciar até mesmo um livro revolucionário.

A distância entre o protagonista principal e seguidores baseados em Chicago já é mais reveladoramente declarada, “a visão deles é que o trabalho empírico é todo o ser e todo o fim da disciplina (...) Meu próprio interesse nunca foi na tradição empírica, tão estreitamente definida” (Buchanan, 1988: 9).

Assim, um substituto para a econometria toma-se necessário para o sucesso. O ponto de Johnson é engajar jovens, colocando-os na busca de dados que de alguma forma se ajustem à teoria. Deve-se proporcionar-lhes uma oportunidade de sucesso rápido, uma forma de “escapar do processo vagaroso e destruidor d’almas de adquirir, por osmose, a sabedoria dos mais velhos e da literatura” (ibid., p. 5).

Bem, uma tarefa de longe mais “nobre” é a busca de fenômenos que sejam, de alguma forma, suscetíveis de modelagem simples e direta em termos das proposições catalíticas básicas. Seja o que for conseguido, é orgulhosamente chamado de “minha teoria”!⁵

Em vez de um exemplo em trabalhos de discípulos, pode-se indicar artigo de co-autoria do próprio catalítico mor, “uma teoria da verdade em autobiografia” (Buchanan & Tollison, 1986: 507-17). Esse é sem dúvida um programa de pesquisa fértil e simples, sendo ainda possível dar mais um passo, operacionalizando a busca.

A dica é vasculhar trabalhos sociológicos suscetíveis de ser reescritos pela troca do vocábulo “grupo”, ou “classe”, pelo vocábulo “indivíduo” ... Isso não surgiu de análise, e nem posso reivindicar muito: “através de nossa análise, a palavra ‘indivíduo’ pode ser trocada pela palavra ‘grupo’ sem afetar significativamente os resultados” (Buchanan & Tullock, 1965: 9).

Johnson estabelece um requisito adicional para o caso de contrarrevoluções: encontrar um economista célebre que seja de alguma forma conectável com o movimento, na qualidade de grande pioneiro pré-revolucionário. Não posso mais do que me referir à questão. No caso do monetarismo, Fisher e a ponte, convenientemente inventada (Patinkin, 1969: 54-8), na tradição oral de Chicago.

Catalíticos reivindicam “Maquiavel (...) [e] os teóricos italianos de finanças públicas e de sociologia” (Buchanan, 1985: 39). Friedman, de novo! Sob um “véu

⁵ Não importam queixas de filósofos da ciência, como de Nagel (1963: 211-2): “A palavra ‘teoria’ é, com frequência, negligentemente utilizada nas ciências sociais (aí incluída a economia), designando, então, praticamente qualquer enunciado geral, não importando quão estreito seja seu pretendido âmbito de aplicação”. Por contraste, Nagel exemplifica seu uso apropriado em “teoria newtoniana de movimento”, “teoria neoclássica do consumidor”, etc.

de incerteza”, contudo, a “regra da prudência” demanda pioneiros para todos os gostos: Adam Smith, David Hume e Spinoza, “os Pais Fundadores e James Madison em particular”, Wicksell (particularmente em Estocolmo) e Knight (sub-repticiamente), etc.

7. JOHNSON E KUHN

Revoluções na física e na química não se mostram influenciadas por eventos externos, extra científicos, quando vistas numa abordagem sociológica: Kuhn baseia-se apenas em valores e pressões internas da própria comunidade científica.

Stigler (1960: 40) já manteve a mesma visão para a economia, dispensando a “teoria ambiental”. Em sua conferência Nobel, entretanto, percebe-se um bom recuo (Stigler, 1983: 256-8). Por outro lado, Dasgupta (1987) assume a teoria ambiental. Hicks já mantém que a importância de fatores externos tem variado, passando de quase nada no marginalismo à preponderância nas revoluções de Ricardo e Keynes.

Catalaxia é o último estágio da extensão revolucionária do marginalismo, e deveria ser vista como fruto de um processo de geração interna, como a própria revolução marginalista, “o melhor exemplo em economia de algo que se ajusta ao esquema de Lakatos” (Hicks, 1980: 215).

A ciência teórica como organismo vivo “cresce porque novas proposições são continuamente derivadas da mesma fundação (...), [teleologicamente,] um organismo em busca de conhecimento novo” (Georgescu-Roegen, 1967: 15).

Um fator externo, contudo, a reação contra o governo “como se encontra” hoje, é a força ostensivamente motivadora nos trabalhos cataláticos. Isso se mostra quase sempre explícito, e ufanam-se do fato, até mesmo em referências ao clássico (Buchanan, 1988: 7):

Nosso livro [Buchanan & Tullock 1965] foi uma mistura da análise positiva de regras alternativas de decisão, e da defesa normativa de algumas instituições políticas americanas, as quais devem suas origens aos Pais Fundadores, e a James Madison em particular.

Hicks está certamente correto no perceber vários graus de influência externa. Mesmo onde a abordagem sociológica explica melhor, ela é parcial, e há ganhos potenciais numa perspectiva econômica complementar. Esta, ao focalizar decisões interesseiras, traz naturalmente a influência ambiental para a análise. Cabe notar que Kuhn (*ibid.*, p. X) não nega o efeito, mas afirma que é “menor” – leia-se, entendendo, ignorado numa primeira aproximação, necessária para a construção de sua teoria de evolução autônoma.

Complementando a análise de Kuhn, pode-se reconhecer o cientista revolucionário desviando deliberadamente a atenção da comunidade acadêmica para anomalias que seu paradigma (sua antítese) consegue explicar. Ao fazê-lo, acelera o que a sociologia estabelece como “processo não administrado”.

Ora, o sucesso nesse desvio de atenção depende da importância social dos problemas que se constituem em anomalias – o próprio Kuhn (*ibid.*, p. 69) reconhece pressão externa no caso da revolução copernicana, influenciando particularmente a data de sua ocorrência.

Johnson (*ibid.*, p. 12) é bem taxativo no ponto: “Novas ideias ganham público e audiência profissional, não em seus méritos científicos, mas na promessa de solução para problemas [reais] importantes que a ortodoxia estabelecida se mostrou incapaz de resolver”.

Essa questão pode ser solucionada, ou chega mesmo a desaparecer, quando se introduz a dicotomia entre teoria pura e aplicada. Kuhn lida apenas com a primeira, cujo comprometimento é com a navalha de Occam, os valores científicos da comunidade.

Johnson observa dois marcos da evolução da macroeconomia, um campo aplicado então muito frouxamente conectado com a micro neoclássica. Ora, a ciência aplicada, em oposição à pura, tem seu comprometimento maior com a aplicabilidade direta de suas conclusões, posição indiscriminadamente mantida por monetaristas e keynesianos neoclássicos.

Segue-se então a importância do problema social em Johnson, e sua relativa desimportância em Kuhn. Se correto nesse ponto, correto é também o sugerido acima, nominalmente, a catalaxia poderia ter ocorrido sem os efeitos externos que catalíticos incorporaram ao processo⁶.

Apesar das diferenças enormes entre as abordagens de Kuhn e Johnson, particularmente o fato de que no primeiro tem-se uma teoria bem formulada, e no último apenas seus traços embrionários, o paralelo entre ambos é rico, como sugere essa questão dos efeitos externos. Devo restringir-me, entretanto, a pouco mais do que enumerar as demais questões.

Ainda no primeiro requisito para o sucesso, o revolucionário johnsoniano escolhe simultaneamente o problema e a proposição central para ataques concentrados. Em Kuhn, as anomalias vão surgindo inadvertidamente no processo da ciência normal, e sua acumulação gera o clima revolucionário pela perda gradual de confiança no paradigma.

O inovador é jovem ou menos aculturado na comunidade, e não existe um atributo geral para a anomalia que finalmente detona a revolução. Sugere-se apenas uma combinação de atributos, derivados de estudos de caso (*ibid.*, p. 82). Mas não se deixa também de formular dois requisitos para o sucesso (*ibid.*, p. 169):

(...) cientistas relutarão em adotá-lo [um candidato a novo paradigma], a menos que estejam convencidos de que satisfaz a duas condições essenciais. Primeiro, o novo candidato deve aparentar resolver algum proble-

⁶ Num programa de pesquisa sobre o vício ricardiano, e a associada indeterminação de Senior, analiso extensivamente as diferenças entre ciências puras e aplicadas, além da arte da ciência. Ver Silveira (1991, 1993, 1994).

ma maior, geralmente reconhecido, e de outra forma insolúvel. Segundo, deve prometer preservar em grande parte a capacidade real de solução de problemas, que a ciência conquistou com seus predecessores.

Observe que a primeira das “condições essenciais” estaria bem abrangida pelo primeiro requisito de Johnson, não fosse o “problema maior” ser de natureza teórica, e não necessariamente prática. A segunda não tem correspondência direta, podendo-se percebê-la como implicitamente difusa. Aparece, contudo, mais claramente quando Johnson (*ibid.*, p. 12) prevê vida curta para o monetarismo, em virtude de sua recusa em “desenvolver uma teoria de determinação dos preços e do produto”.

O segundo requisito johnsoniano está muito bem desenvolvido em Kuhn. A esperteza levando a trocar nomes de conceitos e a absorver o que há de melhor na ortodoxia tem correspondência em um processo de conversão, uma mudança gestáltica para mundivisão distinta, mas não independente da predecessora. Em dois trechos significativos (*ibid.*, pp. 102, 149):

Os referentes físicos desses conceitos einsteinianos não são de modo algum idênticos aos dos conceitos newtonianos, apesar de manterem os mesmos nomes (...) a transição entre mecânica newtoniana e einsteiniana ilustra, com clareza especial, a revolução científica como um deslocamento do quadro conceitual através do qual cientistas vêem o mundo(...)

Visto que os novos paradigmas surgem dos antigos, eles incorporam a maior parte de vocabulários e aparatos previamente utilizados, mas raramente empregam tais empréstimos nas mesmas formas tradicionais (...)

Johnson reconhece que os movimentos revolucionários “surgem dentro da ortodoxia”, e, apesar da abordagem econômica, não deixa de perceber algo do problema da ideologia e da cegueira científica, ao observar que os ortodoxos pré-keynesianos estavam “hipnotizados pela noção de que a moeda é meramente um véu que encobre os fenômenos reais” (*ibid.*, p. 4).

Por outro lado, a ciência normal kuhniana, em sua fase avançada de articulação lógica do paradigma, incorpora perfeitamente a ortodoxia, como descrita por Johnson (*ibid.*, p. 6):

[Keynes] tinha uma mente madura e sensível, consciente tanto do fluxo da história quanto do papel da teoria como instrumentos auxiliares para o desenvolvimento de políticas num dado contexto histórico. Seus seguidores – isto é, a profissão em geral – transformaram sua análise historicamente contextualizada num conjunto de princípios fora do tempo e do espaço. Nesse processo, sacrificaram muito de sua sutileza, e assim estabeleceram o keynesianismo como uma ortodoxia no ponto de contra-ataques.

A perspicácia de Johnson é grande ao indicar que se trata de uma fase de rendimentos decrescentes do trabalho acadêmico, aspecto nem sequer tocado por Kuhn. Em sua fase inicial, pelo contrário, a ciência normal é uma avenida aberta para a realização dos jovens, que “pulam à frente, e não à retaguarda” do movimento, e assim evitam “uma dependência na autoridade e prestígio de acadêmicos maduros” (Johnson, *ibid.*: 6- 7).

Essa avenida é o terceiro requisito. Kuhn refere-se ao desempenho de jovens e velhos apenas em termos de diferenças de aculturação, ou de ideologia científica. A educação rígida e disciplinada do pesquisador determina sua percepção, a qual está tão fora de controle quanto seus batimentos cardíacos.

Quando da mudança de paradigma, muitos dos mais velhos não conseguem se reeducar, ou sua reeducação leva mais tempo. Os jovens, pelo contrário, iniciam logo a tarefa de resolução dos quebra-cabeças mais facilmente tratáveis, acelerando a articulação do paradigma e, assim, contribuindo para a rápida consolidação do movimento revolucionário.

A metodologia nova do quarto requisito corresponde ao novo paradigma de Kuhn. Esse é o único ponto de Johnson voltado para uma classe especial de cientistas, “o acadêmico mais prendado e menos oportunista”, o qual não se deixa ajustar bem ao construto homem econômico. O quinto corresponde à capacidade de gerar quebra-cabeças empíricos, ou teóricos, como modificado em minha análise da catalaxia. Dos atributos de Occam, esse é o mais enfatizado por Kuhn.

No sexto requisito, Kuhn e Johnson aproximam-se demais, indo o primeiro surpreendentemente mais longe, quando acusa a ciência de falsificar sua própria história. Num processo orwelliano (*ibid.*, p. 167), livros-textos reconstróem a evolução em termos de acumulação do conhecimento, como se não houvesse perdas nas descontinuidades revolucionárias. A motivação, entretanto, é mais pedagógica, e não tanto interesseira, como em Johnson.

Finalmente, em termos mais especulativos, o processo kuhniano de persuasão com base nos valores científicos da comunidade é retórica como método, enquanto o johnsoniano é retórica como arte de enganar – a asserção parece-me tranquila, mas sua fundamentação exigiria outro artigo; em retórica na economia, ver Rego (1991) e Salviano Jr. (1993), além de McCloskey (1983) e Caldwell & Coats (1984).

8. CONCLUSÃO

Catalaxia, a ciência da troca, é nome bem apropriado para a escolha pública, assim como para as demais extensões do marginalismo, que em seu conjunto já foram chamadas de imperialismo econômico.

Ao longo da exposição, conduzi uma análise comparativa de visões, hipóteses e métodos cataláticos, cobrindo questões em micro, macro e econometria, destacando o déficit do governo e, principalmente, o homem econômico. Fiz também um paralelo entre Johnson e Kuhn, mostrando a interpretação neste para os requisitos daquele.

“Liberdade individual” é o problema social escolhido por cataláticos (*primeiro*

requisito de Johnson). O que está envolvido, entretanto, é um posicionamento radical contra o crescimento qualitativo e quantitativo do governo. O político é visto como *sabotador* do sistema.

A despeito de Knight, “meu professor” segundo Buchanan, liberdades econômicas são identificadas com *laissez-faire*. Uma verificação empírica do crescimento do governo dentro do setor de serviços poderia talvez ajudar, diminuindo o radicalismo e trazendo mais credibilidade para essa suposta postura liberal. Para cataláticos, sociedade pluralista significa apenas diferenças de gosto.

“O homem econômico não importa” é a proposição central (segunda parte do *primeiro* requisito). De fato, o refrão está em “o homem econômico é tudo o que importa”. Esse tema levou-me a identificar uma estranha relação: a realidade percebida por cataláticos é mais simples do que a teoria que fazem dela; denominei-a torção-B, seguindo Samuelson em achado similar na metodologia friedmaniana (torção-F).

O *segundo* requisito é automaticamente satisfeito por qualquer extensão de uma teoria, no sentido da abrangência de novos fenômenos. Quanto ao *terceiro*, o pesquisador mais velho é repellido pelo temor do “escárnio que Maquiavel vem recebendo através dos séculos”, enquanto o mais jovem é atraído pela propaganda, uma extraordinária campanha que parece planejada, “como se” os revolucionários tivessem consciência do papel da persuasão no debate paradigmático.

O brilhantismo do desempenho catalático no atendimento do *quarto* requisito, uma reversão na formulação do método “como se” de Walras, encontra-se, entretanto, atenuado pela estranheza da torção-B.

A ausência de uma função empírica importante para atrair econométricos, *quinto* requisito, é superada por um programa de pesquisa para seduzir teóricos jovens: operacionalmente, vasculhe as publicações sociológicas suscetíveis de ser reescritas pela troca do vocábulo “grupo” por “indivíduo”.

A economia catalática da ciência, vista como um complemento da sociologia da ciência; embrionária como se encontra no pioneirismo de Johnson, ajuda a explicar o sucesso do período revolucionário da catalaxia. Não pude de fato afastar a recorrente impressão de que cataláticos estavam agindo “como se” pautassem seu comportamento pela análise de Johnson.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARANZINI, M. & SCCAZZIERI, R. (1986) “Knowledge in economics: a framework”. In Baranzini, M. & Scazzieri, R. (eds.) *Foundations of Economics: Structures of Inquiry in Economic Theory*. Nova York, Basil Blackwell.
- BLAUG, M. (1981) *The Methodology of Economics: or How Economists Explain*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BOLAND, L. A. (1987) “Boland on Friedman’s methodology: a summation”. *Journal of Economic Issues* XXI, March, pp. 380- 7.
- BRUNNER, K. (1973) “Commentary on ‘The State of the monetarist debate’”. *FRB of St. Louis Review* 55, September, pp. 9-14.
- BRUNNER, K. & MECKLING, W. H. (1977) “The perception of man and the conception of government”. *Journal of Money, Credit, and Banking* IX, Feb., pp. 70-85.

- BUCHANAN, J. M. (1985) *Liberty, Market and the State: Political Economy in the 1980s*. Washington Square, Nova York, New York University Press.
- BUCHANAN, J. M. (1987) "The constitution of economic policy" *In Les Prix Nobel en 1986*. Stockholm, Nobel Foundation.
- BUCHANAN, J. M. (1988) "The economic theory of politics reborn". *Challenge* 31, March/April, pp. 4-10.
- BUCHANAN, J. M. & TOLLISON, R. D. (1986) "A theory of truth in autobiography". *Kyklos* 39, Fase. 4, pp. 507-17.
- BUCHANAN, J. M. & TULLOCK, G. (1965) *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Michigan, University of Michigan Press.
- CALDWELL, B. J. & COATS, A. W. (1984) "The rhetoric of economists: a comment on McCloskey". *Journal of Economic Literature* XXII, June, pp. 575-8.
- DASGUPTA, A. K. (1987) *Epochs of Economic Theory*. Nova York, Basil Blackwell.
- DEANE, P. (1983) "The scope and method of economic theory". *Economic Journal* 95, December, pp. 909-27.
- DENNIS, K. (1987) "Boland on Boland: a further rebuttal". *Journal of Economic Issues* XXI, March, pp. 388-93.
- FRIEDMAN, M. (1953) "The methodology of positive economics". In *Essays in Positive Economics*. Chicago, University of Chicago Press.
- FRIEDMAN, M. (1956) "The quantity theory of money: a restatement". In Friedman, M., *Studies in the Quantity Theory of Money*. Chicago, University of Chicago Press.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. (1967) *Analytical Economics*. Cambridge, Ma., Harvard University Press.
- HARCOURT, G. C. (1987) "Theoretical methods and unfinished business". In *The Legacy of Keynes*. San Francisco, Harper & Row.
- HAYEK, F. A. Von. (1975) "The pretense of knowledge". In *Les Prix Nobel en 1974*. Stockholm, Nobel Foundation.
- HEILBRONER, R. L. (1986) *The Worldly Philosophers*. Nova York, Simon & Schuster.
- HICKS, J. R. (1980) "Revolutions in economics". In Latsis, S. J. *Methods and Appraisal in Economics*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- JOHNSON, H. G. (1971) "The Keynesian revolution and the monetarist counter-revolution". *American Economic Review* LXI, May, pp. 145-62.
- KEYNES, J. M. (1984) *Essays in Persuasion*. London, MacMillan, Cambridge University Press.
- KNIGHT, F. H. (1936) *The Ethics of Competition and Other Essays*. London, Allen & Unwin.
- KNIGHT, F. H. (1960) *Intelligence and Democratic Action*. Cambridge, Ma. Harvard University Press.
- KUHN, T. S. (1971) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago Press.
- KUZNETS, S. (1972) "Modern economic growth: findings and reflections". In *Les Prix Nobel en 1971*. Stockholm, Nobel Foundation.
- MARCH, J. G. (1978) "Bounded rationality, ambiguity and engineering of choice". *Bell Journal of Economics* 9, Autumn, pp. 587-608.
- MCCLOSKEY, D. N. (1983) "The Rhetoric of Economics". *Journal of Economic Literature* XXI, June, pp. 481-517.
- MORGENSTERN, O. (1963) *On the Accuracy of Economic Observations*. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press.
- NAGEL, E. (1963) "Assumptions in economic theory". *American Economic Review* LIII, May, pp. 211-19.
- PATINKIN, D. (1969) "The Chicago tradition, the quantity theory, and Friedman". *Journal of Money, Credit and Banking* 1, February, pp. 46-70.
- REGO, J. M. (1991) *Revisão da Crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*. São Paulo, Bial.
- ROBINSON, J. (1972) "The Second Crisis of Economic Theory". *American Economic Review* LXII, May, pp.1-10.
- ROBINSON, J. (1983) *Economic Philosophy*. Middlesex, England, Penguin Books.

- SALVIANO Jr., C. (1993) *O Discurso Cepalino: Ensaio de Análise de Retórica*. São Paulo, FEA/USP, mimeo.
- SAMUELSON, P. A. (1963) "Comments to professor Nagel's article". *American Economic Review* LIII, May, pp. 229-36.
- SCHUMPETER, J. A. (1949) "Science and ideology". *American Economic Review* XXXIX, March, pp. 345-59.
- SCHUMPETER, J. A. (1959) *The Theory of Economic Development*. Cambridge, Ma., Harvard University Press.
- SCHUMPETER, J. A. (1986) *History of Economic Analysis*. London, Allen & Unwin.
- SHACKLE, G. L. S. (1966) *The Nature of Economic Thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVEIRA, A. M. (1984) "Indexação e ambiência geral de negócios". *Ensaio Econômico EPGE/FGV* 42, maio, pp. 1-124.
- SILVEIRA, A. M. (1987) *Filosofia e Política Econômica: o Brasil do Autoritarismo*. Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA/INPES).
- SILVEIRA, A. M. (1987/88) "Keynes na sedição da escolha pública". *Análise Econômica* 6, novembro/março, pp. 23-8.
- SILVEIRA, A. M. (1990) "The public choice perspective and Knight's institutionalist bent". *Revista Brasileira de Economia*, porvindo.
- SILVEIRA, A. M. (1991) "A indeterminação de Senior". *Revista de Economia Política* 11, outubro/dezembro, pp. 70-88.
- SILVEIRA, A. M. (1993) "Wagner e Schmolter sob a luz da indeterminação de Senior". *Estudos Econômicos* 23, maio/agosto, pp. 319-45.
- SILVEIRA, A. M. (1994) "Teorias econômicas: a meia-verdade temporária". *Revista Brasileira de Economia* 48, abril/junho, pp. 203-16.
- SIMON, H. A. (1968) "On judging the plausibility of theories". In von Rootselaar and Staal (eds.) *Logic, Method, and Philosophy of Sciences*. Amsterdam, North Holland.
- SIMON, H. A. (1979) "Rational decision making in business organizations". In *Les Prix Nobel en 1978*. Stockholm, Nobel Foundation.
- STIGLER, G. F. (1960) "The influence of events and policies in economic theory". *American Economic Review* L, May, pp. 36-45.
- STIGLER, G. F. (1983) "The process and progress of economics". In *Les Prix Nobel en 1982*. Stockholm, Nobel Foundation.
- TOYNBEE, A. J. (1976) *Mankind and Mother Earth*. London, Oxford University Press.
- WEBB, J. (1987) "Is Friedman's methodological instrumentalism a special case of Dewey's instrumental philosophy? A comment". *Journal of Economic Issues* XXI, March, pp. 393-429.
- WIBLE, J. R. (1987) "Criticism and the validity of the special case interpretation of Friedman's essay: reply to Webb". *Journal of Economic Issues* XXI, March, pp. 430-440.

